O Estado de Direito como infraestrutura econômica: comparação com Genebra, Hong Kong e Dubai

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Genebra: um centro do direito numa democracia federal

A infraestrutura jurídica de Genebra assenta sobre outra base. Seus tribunais são cantonais, e sua última instância de recurso é o Tribunal Federal em Lausanne, cujos juízes são eleitos pela Assembleia Federal para mandatos renováveis de seis anos.[1] A independência do Judiciário suíço repousa na legitimidade democrática e no equilíbrio federativo. A de Singapura repousa na estabilidade constitucional do cargo e na cultura profissional de uma magistratura pequena e altamente qualificada. Ambos os sistemas produzem tribunais em que as partes comerciais confiam. O volume sobre Genebra descreve como os tribunais suíços moldaram o direito da gestão de patrimônio, por exemplo ao exigir que os bancos repassem as retrocessões a seus clientes, salvo se o cliente tiver renunciado validamente a elas depois de plenamente informado.[2]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Genebra, ao contrário de Zurique, não tem um tribunal comercial especializado. Desde a revisão do Código de Processo Civil suíço (ZPO/CPC) aprovada em 17 de março de 2023, os cantões podem atribuir litígios comerciais internacionais a um tribunal comercial e admitir o inglês como língua do processo. Genebra preparava um projeto de lei em 2026.[3] Singapura deu o passo equivalente em 2015 com a SICC (Singapore International Commercial Court). A diferença de calendário reflete uma diferença de método: a reforma suíça exigiu uma lei federal e leis cantonais de execução, enquanto Singapura agiu por meio de alterações à sua Constituição e ao Supreme Court of Judicature Act, dentro de uma única jurisdição.[4]

Em matéria de corrupção, as duas jurisdições estão próximas. A Suíça ficou em sexto lugar no Índice de Percepção da Corrupção de 2025, com 80 pontos, contra o terceiro lugar de Singapura, com 84. O World Justice Project não inclui a Suíça em seu índice, de modo que a comparação mais detalhada do Estado de Direito não está disponível para o par.[5] Os dois centros compartilham a mesma vulnerabilidade. Seus setores públicos são íntegros, enquanto seus bancos estão expostos ao produto de atos de corrupção praticados no exterior. Ambos enfrentaram casos em que fundos estatais de outros países passaram por seus bancos.

Hong Kong: common law sob outro soberano

Hong Kong é o concorrente mais próximo de Singapura e a jurisdição cujo sistema jurídico mais se assemelha ao dela. Ambas herdaram a common law inglesa, ambas conduzem o contencioso comercial em inglês e ambas têm agências anticorrupção respeitadas, tendo a Independent Commission Against Corruption de Hong Kong sido fundada em 1974.[6] Os rankings, porém, as separam. Em 2025, Hong Kong ficou em 24º lugar no índice do World Justice Project, com pontuação de 0,72, e em décimo segundo lugar no Índice de Percepção da Corrupção, com 76 pontos. Manteve o 24º lugar na edição de 2026, com pontuação de 0,71. Na última pesquisa *Doing Business*, ficou em 31º lugar em cumprimento de contratos, contra o primeiro lugar de Singapura.[7]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

A diferença decisiva é constitucional. Os tribunais de Hong Kong atuam sob a Lei Básica (Basic Law), cuja interpretação final cabe ao Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional em Pequim. A legislação de segurança nacional de 2020 alterou o ambiente em que eles trabalham.[8] Os tribunais de Singapura são a autoridade final sobre o seu próprio direito. Para investidores que buscam na Ásia um foro de common law sem nenhuma autoridade externa acima de seu tribunal mais alto, essa diferença tornou-se uma das principais vantagens de Singapura. O capítulo K.III volta à concorrência entre os dois centros.

Dubai: tribunais construídos para um centro financeiro

Dubai escolheu um terceiro modelo. Sua zona franca financeira, o Dubai International Financial Centre, tem legislação própria baseada na common law e tribunais próprios, que funcionam em inglês com juízes provenientes em parte de jurisdições de common law, ao lado dos tribunais de direito civil do emirado.[9] Os Emirados Árabes Unidos ficaram em 37º lugar no índice do World Justice Project em 2025, com pontuação de 0,64, e em 21º no Índice de Percepção da Corrupção, com 69 pontos. Na edição de 2026 do índice, subiram para o 36º lugar, com pontuação arredondada inalterada.[10]

O modelo de Dubai cria um enclave de common law dentro de um sistema jurídico diferente. Singapura aplica a common law em todo o seu território, de modo que seus tribunais comerciais fazem parte do Judiciário ordinário do Estado. O modelo de enclave permite um início rápido, o que explica seu apelo no Golfo. Sua fraqueza está na interface com o sistema circundante, por exemplo quando uma sentença precisa ser executada fora da zona. O modelo integrado de Singapura evita essa interface, porque a mesma Supreme Court que julga causas comerciais também supervisiona a execução de suas sentenças em todo o Estado.

Em números

Supreme Court of Judicature Act: em vigor desde 9 de janeiro de 1970. Recursos ao Privy Council abolidos: 8 de abril de 1994. Application of English Law Act: 12 de novembro de 1993. Supreme Court reestruturada com Appellate Division e General

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Division: 2 de janeiro de 2021. Composição da Supreme Court em outubro de 2026: 32 juízes, incluindo o Chief Justice, e 26 International Judges. Idade de aposentadoria dos juízes da Supreme Court: 65 anos (art. 98(1)). Fundação do Corrupt Practices Investigation Bureau: setembro de 1952. Prevention of Corruption Act: 17 de junho de 1960, pena máxima de S$ 100.000 e cinco anos por acusação, sete anos para contratos públicos. Denúncias de corrupção em 2025: 160, com 68 casos registrados e 90 pessoas processadas, 94% do setor privado. Índice de Percepção da Corrupção 2025: 84 pontos, 3º lugar entre 182. WJP Rule of Law Index 2025: pontuação 0,78, 16º lugar entre 143, com 2º lugar em ausência de corrupção e 28º em limites aos poderes do governo (edição de 2026: 0,79, 14º lugar). *Doing Business 2020*: 1º lugar em cumprimento de contratos, 164 dias, 25,8% do valor da causa. Freedom House 2025: 48 de 100, "Parcialmente Livre".

Notas

1. Wikipedia, "Federal Supreme Court of Switzerland" (acesso em novembro de 2026): os juízes são "elected by the United Federal Assembly" para um mandato de seis anos e podem ser reeleitos sem limite, observado o limite de idade de 68 anos. ↩
2. Ressos, *Genève, place financière internationale*, partie F, chapitre III, seção « Le contentieux bancaire devant les tribunaux genevois » (manuscrito consultado em novembro de 2026), que cita o ATF 132 III 460, de 22 de março de 2006, e o ATF 138 III 755, de 30 de outubro de 2012, sobre o dever dos gestores de patrimônio e dos bancos de entregar as retrocessões nos termos do art. 400, al. 1, do CO. ↩
3. Ressos, *Genève, place financière internationale*, partie F, chapitre III, seção « Les tribunaux et le contentieux international à Genève » (manuscrito consultado em novembro de 2026): revisão do Código de Processo Civil aprovada em 17 de março de 2023, que permite aos cantões atribuir litígios comerciais internacionais ao tribunal comercial e admitir o inglês; Genève attractive, 6 de março de 2026: projeto de lei em preparação, com apresentação prevista para a primavera de 2026. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

4. A SICC foi criada pelo Constitution of the Republic of Singapore (Amendment) Act 2014 e pelo Supreme Court of Judicature (Amendment) Act 2014. Wikipedia, "Singapore International Commercial Court" (acesso em novembro de 2026), afirma que o tribunal "was established on 5 January 2015"; ver capítulo F.III. ↩

5. Transparency International, páginas dos países "Switzerland" e "Singapore" (transparency.org, acesso em novembro de 2026): Suíça 80/100, posição 6/182; Singapura 84/100, posição 3/182. World Justice Project, *WJP Rule of Law Index 2025* (consultado em novembro de 2026): a Suíça não figura na tabela global de 143 países e jurisdições. ↩

6. Wikipedia, "Independent Commission Against Corruption (Hong Kong)" (acesso em novembro de 2026): criada em 15 de fevereiro de 1974 com base na Independent Commission Against Corruption Ordinance (Cap. 204). ↩

7. World Justice Project, *WJP Rule of Law Index 2025*, tabela global: "24 Hong Kong SAR, China 0.72". World Justice Project, *WJP Rule of Law Index 2026* (consultado em novembro de 2026), tabela global: "24 Hong Kong SAR, China 0.71". Transparency International, página do país "Hong Kong" (acesso em novembro de 2026): 76/100, posição 12/182. Banco Mundial, *Doing Business 2020: Economy Profile of Singapore*, p. 52: "69.1: Hong Kong SAR, China (Rank: 31)". ↩

8. Basic Law of the Hong Kong Special Administrative Region, art. 158 (interpretação pelo Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional); Law of the People's Republic of China on Safeguarding National Security in the Hong Kong Special Administrative Region, em vigor desde 30 de junho de 2020. ↩

9. Wikipedia, "DIFC Courts" (acesso em novembro de 2026): a Dubai Law No. 12 of 2004 criou a Judicial Authority do DIFC, composta por uma Court of First Instance e uma Court of Appeal, que começou a funcionar em 2006; "an independent English-language common law judiciary", com juízes dos Emirados Árabes Unidos, da Austrália, da Inglaterra e País de Gales, da Escócia e da Malásia. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

10. World Justice Project, *WJP Rule of Law Index 2025*, tabela global: "37 United Arab Emirates 0.64". World Justice Project, *WJP Rule of Law Index 2026* (consultado em novembro de 2026), tabela global: "36 United Arab Emirates 0.64". Transparency International, página do país "United Arab Emirates" (acesso em novembro de 2026): 69/100, posição 21/182. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com